



**OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70

NIRE 35.300.465.415

**MANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**E**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

## ÍNDICE

1. EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	3
2. ESCLARECIMENTOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO.....	5
3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	7
4. ANEXO I.....	13
5. ANEXO II.....	17
6. ANEXO III.....	44
7. ANEXO IV.....	45
8. ANEXO V.....	52
9. ANEXO VI.....	53
10. ANEXO VII.....	87
11. ANEXO VIII .....	88

## **OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70

NIRE 35.300.465.415

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convidados os senhores acionistas da **OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”)** a reunirem-se em assembleia geral ordinária (“**AGO**”), a ser realizada no dia 13 de abril de 2018, às 11h00, na sede da Companhia, localizada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a distribuição de dividendos;
- (iii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2018;
- (iv) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes; e
- (vi) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

#### **Informações Gerais**

Os acionistas deverão depositar na Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data prevista para a realização da AGO, além do documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (1) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 2 (dois) dias antes da data da realização da AGO; e (2) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

Nos termos da Instrução CVM nº 481 (“**Instrução CVM 481**”), de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Bradesco S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, conforme modelo a ser disponibilizado pela Companhia no prazo previsto no art. 21-A, § 1º, I da Instrução CVM 481 e observadas as orientações constantes no Manual da AGO 2018.

Sem prejuízo do disposto acima, caso V.Sa. compareça à AGO até o momento da abertura dos trabalhos de posse dos documentos necessários, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Recomendamos aos senhores acionistas que cheguem ao local de realização da AGO com antecedência de 1 (uma) hora, para o devido cadastramento e ingresso na AGO.

Para um melhor entendimento da ordem do dia, bem como instruções relativas à participação na AGO, os senhores acionistas são convidados a consultar o Manual da AGO de 2018, disponível na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([ri.ourofino.com](http://ri.ourofino.com)), e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, e em cumprimento ao disposto no artigo 6º e seguintes da Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores ([ri.ourofino.com](http://ri.ourofino.com)), e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), todos os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO ora convocada, incluindo o Manual da AGO de 2018.

**Percentual para adoção de voto múltiplo.** Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, as Instruções CVM 165 e 282 e o artigo 4º da Instrução CVM 481, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5%.

Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia: [ri@ourofino.com](mailto:ri@ourofino.com) ou telefone (16) 3518-2000.

Cravinhos, 13 de março de 2018.

**Norival Bonamichi**

Presidente do Conselho de Administração

## ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Para participar da Assembleia Geral Ordinária (“**AGO**”), os acionistas da Companhia deverão comparecer, pessoalmente ou representados por procurador, no local e horário da AGO, nos termos do respectivo edital de convocação, munidos dos seguintes documentos:

- **Acionista pessoa física:**

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO; e
- (iii) em caso de participação por procurador, documentação listada abaixo.

- **Acionista pessoa jurídica:**

- (i) documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
- (ii) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO;
- (iii) estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
- (iv) documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso;
- (v) se representado por procurador, a documentação abaixo; e
- (vi) em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador mencionados no item (iv) acima.

- **Acionista representado por procurador:**

Caso o acionista opte por ser representado por procurador, deverá, adicionalmente, apresentar os seguintes documentos:

- (i) procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da AGO, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e
- (ii) documento de identidade do procurador.

As procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado, exceto nos casos em que a notarização e consularização de documentos seja dispensada.

- **Voto à distância:**

Alternativamente, os acionistas da Companhia poderão participar da AGO a distância, mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto à distância, em relação às matérias da AGO, das seguintes formas:

- (i) por instruções de voto enviadas de votos enviadas para os seus agentes de custódia que divulgarão, dentro dos prazos regulamentares, o mapa consolidado de votação para a Companhia e mercado;
- (ii) por instruções de voto enviadas para instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Bradesco S.A., que divulgará, dentro dos prazos regulamentares, o mapa consolidado de votação para a Companhia e mercado; ou
- (iii) por boletim de voto à distância que deve ser enviado diretamente à Companhia, conforme **ANEXO I** do presente manual da AGO e Proposta da Administração, ao endereço da sede da Companhia, localizada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. O referido boletim deverá ser enviado em via física, devidamente preenchido, rubricado e assinado, junto com a cópia das documentações para acionistas pessoa física, jurídica ou representados por procurador conforme indicadas acima, em até 7 (sete) dias antecedente à data de realização da AGO. **Os boletins incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária, bem como os entregues fora do prazo serão desconsiderados e o respectivo acionista devidamente comunicado.**

A Companhia, visando a facilitar a organização dos trabalhos, informa que a documentação acima pode ser enviada com antecedência da data da realização da AGO, por portador, correio ou correio eletrônico (neste caso o documento físico deve ser trazido no dia da AGO ou, no caso do boletim de voto à distância, enviado conforme as orientações do item “iii” acima), dirigidos aos endereços abaixo:

**Envio de documentos físicos**

A/C: Departamento de Relações com Investidores

Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial  
CEP 14140-000, Cravinhos, SP

**Envio de documentos por e-mail**

Favor colocar no assunto: Documentos AGO Ouro Fino 2018

E-mail: ri@ourofino.com

A Companhia ressalta, entretanto, que o envio prévio da documentação visa somente a dar agilidade ao processo, não sendo condição necessária para a participação nesta AGO, salvo se a participação ocorrer à distância e estiver devidamente regularizada, conforme orientações no item “iii” imediatamente acima.

\* \* \*

## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

### OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70

NIRE 35.300.465.415

#### Proposta da Administração à Assembleia Geral Ordinária

Senhores Acionistas,

A Administração da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. (“**Companhia**”), nos termos da legislação pertinente e do estatuto social da Companhia, com o propósito de atender aos interesses da Companhia, submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração (“**Proposta da Administração**”) sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 13 de abril de 2018, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000 (“**AGO**”), conforme Edital de Convocação a ser divulgado no prazo legal, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes;
- (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a distribuição de dividendos;
- (iii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2018;
- (iv) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018;
- (v) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes; e
- (vi) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Desse modo, as seções que seguem analisarão os itens acima enumerados, constantes da ordem do dia da AGO, com as justificativas que levaram a Administração a formular a presente Proposta da Administração.

#### **1 Contas da Administração e demonstrações financeiras da Companhia**

A Administração propõe a aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 01 de março de 2018.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu relatório sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como das demonstrações financeiras combinadas-

consolidadas da Companhia, ambas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração recomenda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta em 6 de março de 2018 na página eletrônica da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na rede mundial de computadores e que foram publicados, em 7 de março de 2018, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”.

A Administração ressalta que, em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item “10. Comentários dos diretores” do Formulário de Referência da Companhia, elaborado em consonância com o Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Formulário de Referência**”), estão disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na rede mundial de computadores, além de constarem como **ANEXO II** à presente Proposta da Administração.

Por fim, em atendimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo único, inciso III, da Instrução CVM 481, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia manifestou-se sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas da Companhia, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, na forma do parecer constante da presente Proposta da Administração como **ANEXO III (“Parecer do CAE”)**. A Administração da Companhia ressalta que o Parecer do CAE encontra-se devidamente disponibilizado à consulta na página eletrônica da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na rede mundial de computadores.

## **2 Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017**

O lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$38.107.811,64.

Nos termos do estatuto social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, deverão ser distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório.

Face ao acima exposto, a Administração da Companhia submete à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da seguinte forma:

- (i) 5% do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 1.905.390,58, serão alocados à reserva legal;
- (ii) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado, no montante de R\$9.050.605,27, correspondente a R\$0,16776222 por ação, composto por:



- (a) R\$6.000.208,45, distribuídos a título de juros sobre capital próprio, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2017, sobre os quais incidirá a retenção de R\$695.664,82 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (“**IRRF**”), resultando no montante líquido de R\$5.304.543,63 para distribuição aos acionistas, equivalentes a R\$0,09832514 por ação. Nos termos aprovados pelo Conselho de Administração, o pagamento dos juros sobre o capital próprio deverá ser efetuado até 31 de maio de 2018. Farão jus ao recebimento dos juros sobre capital próprio os acionistas titulares das ações em 19 de dezembro de 2017; e
- (b) o saldo remanescente de R\$3.746.061,64, que corresponde a R\$0,06943708 por ação, sem retenção de IRRF, conforme legislação em vigor.
- (iii) pagamento de R\$1.796.268,06 a título de dividendos complementares, que corresponde a R\$0,03329567 por ação, sem retenção de IRRF;
- (iv) destinação do saldo remanescente, no montante de R\$24.659.882,91, à reserva de retenção de lucros com base no orçamento de capital constante desta Proposta da Administração, conforme item 3 abaixo.

Observada a parte final do item 2(ii)(b) acima, relativa aos juros sobre capital próprio, os acionistas que farão jus aos dividendos serão aqueles registrados como tal em 13 de abril de 2018, data da AGO, sendo que, a partir de 16 de abril de 2018, as ações da Companhia passarão a ser negociadas “*ex-dividendos*”. A Administração esclarece que, observada a parte final do item 2(ii)(b) acima, relativa aos juros sobre capital próprio, o saldo remanescente dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 será pago em até 60 (sessenta) dias após a data da realização da AGO.

Em atendimento ao artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, na forma do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, encontra-se no **ANEXO IV** a esta Proposta da Administração.

### **3 Proposta de aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2018**

Nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e dando continuidade ao plano de crescimento e desenvolvimento da Companhia, a Administração propõe a retenção de parcela do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 24.659.882,91. Os saldos incluídos nessa reserva de retenção de lucros serão utilizados, principalmente, em obras para adequação e expansão de na planta produtiva de fármacos e nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos de acordo com o pipeline de lançamentos da Companhia.

Os recursos decorrentes da retenção de lucros ora proposta poderão ser utilizados durante os próximos 5 exercícios sociais da Companhia e conforme destinação que lhe der a AGO, nos termos do §1º do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

As informações relacionadas ao orçamento de capital ora submetido à aprovação dos acionistas encontram-se descritas no “Anexo 9-1-II” da Instrução CVM 481, e também estão disponíveis na íntegra para consulta dos acionistas no **ANEXO V** à presente Proposta.

#### **4 Proposta de remuneração da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018**

O Conselho de Administração propõe que a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018 equivalha ao montante de até R\$ 3.455.585,08, sendo R\$1.314.000,00 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração, R\$1.798.201,24 referentes à remuneração da Diretoria e, ainda, R\$343.383,84 referente a remuneração do Conselho Fiscal da Companhia.

Em atendimento ao artigo 12 da Instrução CVM 481, as informações sobre remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal indicadas no item “13. Remuneração dos administradores” do Formulário de Referência encontram-se no **ANEXO VI** desta Proposta da Administração.

#### **5 Parecer do Conselho Fiscal sobre a presente Proposta da Administração**

Nos termos do artigo 163, incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 9º, inciso V, da Instrução CVM 481, o Conselho Fiscal da Companhia manifestou-se sobre o conteúdo da presente Proposta da Administração, bem como sobre o relatório anual da Administração, na forma do parecer constante da presente Proposta da Administração como **ANEXO VII (“Parecer do Conselho Fiscal”)**. A Administração da Companhia ressalta que o Parecer do Conselho Fiscal encontra-se devidamente disponibilizado à consulta na página eletrônica da Companhia (<http://ri.ourofino.com>), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)) e da **CVM** ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) na rede mundial de computadores.

#### **6 Eleição dos membros do Conselho Fiscal**

A Administração da Companhia submete à aprovação dos seus acionistas a eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período a encerrar-se na assembleia geral ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (“**AGO 2019**”), tendo em vista o encerramento do mandato de seus membros após a AGO.

Caso aprovada a presente matéria constante da ordem do dia da AGO, os membros do Conselho Fiscal abaixo indicados permanecerão em seus cargos até a realização da AGO 2019.

Neste sentido, o Conselho Fiscal da Companhia será composto da seguinte forma:

<b>Conselheiro</b>	<b>Cargo</b>	<b>Mandato</b>
Francisco Vicente Santana Silva Telles	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO 2019
José Paulo Marques Netto	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO 2019
César Augusto Campezo Neto	Membro efetivo do Conselho Fiscal	AGO 2019
Anselmo José Buosi	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO 2019
Eraldo Soares Peçanha	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO 2019

Paulo César Lima	Membro suplente do Conselho Fiscal	AGO 2019
------------------	------------------------------------	----------

## 7 Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

Tendo em vista o término do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia que ocorrerá após a AGO, a Administração propõe a eleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 anos a contar da data da AGO, conforme lista a seguir e nos termos do estatuto social da Companhia:

Conselheiro	Cargo a ser ocupado	Mandato
Norival Bonamichi	Presidente do Conselho de Administração	AGO 2020
José Francisco Hintze Júnior	Vice Presidente do Conselho de Administração	AGO 2020
Jardel Massari	Membro do Conselho de Administração	AGO 2020
Luiz Antônio Santos Baptista	Membro independente do Conselho de Administração	AGO 2020
Rodrigo de Almeida Prado Catunda	Membro independente do Conselho de Administração	AGO 2020
Marcio Guedes Pereira Junior	Membro independente do Conselho de Administração	AGO 2020

A administração da Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração acima relacionados foram indicados pelos acionistas controladores da Companhia, exceto quanto aos conselheiros independentes.

**Voto Múltiplo.** Nos termos do caput do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, no caso da adoção do processo de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação ordinária tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

O pedido para adoção do processo de voto múltiplo pode ser feito por acionistas que representarem, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia, até 48 horas antes da realização da AGO, mediante solicitação por escrito à Companhia.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Administração apresenta, como **ANEXO VIII** à presente Proposta, os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, devidamente alterados considerando a aprovação dos itens 6 e 7 constantes desta Proposta da Administração.

Por fim, a Companhia esclarece que esta proposta, bem como o edital de convocação à referida AGO, encontram-se disponíveis nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.ourofino.com>). Adicionalmente, os documentos relacionados a esta proposta, incluindo

aqueles exigidos pela Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Cravinhos, 13 de março de 2018

A Administração.

**Norival Bonamichi**

Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I

### Boletim de Voto à Distância

Data da atualização das informações: 13/03/2018

#### BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - OURO FINO SAUDE ANIMAL PARTICIPACOES S.A. de 13/04/2018

<b>Nome do Acionista</b>
<b>CNPJ ou CPF do acionista</b>
<b>E-mail</b>
<b>Orientações de preenchimento</b> Nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, caso o acionista opte por exercer seu direito de voto via Boletim de Voto à Distância, é necessário que todos os campos do presente Boletim de Voto à Distância sejam preenchidos. Para que seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral Ordinária, devem ser observadas as seguintes instruções: (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas deverão estar rubricadas; (iii) a última página deverá estar assinada pelo acionista pessoa física, jurídica ou representados por procurador.
<b>Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante</b> Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral Ordinária a distância, mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto à distância, em relação às matérias da Assembleia Geral Ordinária, das seguintes formas:  (i) Ao agentes de custódia: os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. Neste caso, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto à Distância, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal;  (ii) À instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia: os acionistas poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio do Banco Bradesco S.A., instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, caso as ações de emissão da Companhia e de sua titularidade estejam ali depositadas, entrando em contato por meio dos dados informados abaixo no item Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço física e eletrônico, telefone e pessoa para contato; ou  (iii) Diretamente à Companhia: os acionistas poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância diretamente à Companhia, por meio do envio do boletim de voto à distância, em via física, ao endereço da sede da Companhia, localizada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 14140-000, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, ou em via eletrônica, com posterior apresentação da via física até a data da realização da assembleia geral, por meio do endereço eletrônico: <a href="mailto:ri@ourofino.com">ri@ourofino.com</a> . O referido boletim deverá estar acompanhado com a cópia das documentações a seguir: a. se pessoa física: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; (ii) cópia do documento de identidade do acionista; e (iii) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da votação; b. se pessoa jurídica: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia do documento de identidade do representante legal ou procurador presente; (iii) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, registrado no órgão competente; (iv) documento que comprove os poderes de representação (ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso); (v) comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da votação; e (vi) em caso de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador mencionados no item (iv) acima; e c. se representado por procurador: (i) o comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 2 dias antes da data da realização da AGO, com sua respectiva participação acionária; (ii) procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da votação/Assembleia Geral Ordinária, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, das Leis das Sociedades por Ações). O procurador deverá ser acionista, administrador estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente; (iv) documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; (v) em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador mencionados no item (iv) acima; e c. se representado por procurador: (i) procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da votação/Assembleia Geral Ordinária, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**AGO - OURO FINO SAUDE ANIMAL PARTICIPACOES S.A. de 13/04/2018**

investimento que represente os condôminos; e (iii) documentos hábeis de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme legislação aplicável.

Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim de Voto à Distância à cada uma das opções mencionadas acima encontram-se no Manual da Assembleia Geral Ordinária, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia e da CVM.

**Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia**

Envio de documentos físicos  
A/C: Departamento de Relações com Investidores  
Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Sala CCS 210, Distrito Industrial  
CEP 14140-000, Cravinhos, SP  
Envio de documentos por e-mail  
Favor colocar no assunto: Documentos AGO Ouro Fino 2018  
E-mail: [ri@ourofino.com](mailto:ri@ourofino.com)

**Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato**

Banco: Banco Bradesco S.A.  
Endereço: Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, Osasco, SP, CEP: 06029-900. Prédio Amare - Térreo  
E-mail: [4010.acecustodia@bradesco.com.br](mailto:4010.acecustodia@bradesco.com.br)  
Telefone: 0800 701 1616

**Deliberações / Questões relacionadas à AGO**

**Deliberação Simples**

1. Deliberar sobre as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**Deliberação Simples**

2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a distribuição de dividendos

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**Deliberação Simples**

3. Deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2018

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**Deliberação Simples**

4. Deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**Eleição do conselho fiscal por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 3**

5. Indicação de candidatos ao conselho fiscal (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral)

Francisco Vicente Santana Silva Telles / Eraldo Soares Peçanha

Aprovar  Rejeitar  Abster-se

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**AGO - OURO FINO SAUDE ANIMAL PARTICIPACOES S.A. de 13/04/2018**

<p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>José Paulo Marques Netto / Paulo César Lima</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>César Augusto Campezo Neto / Anselmo José Buosi</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p>
<p><b>Eleição do conselho de administração por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 6</b></p> <p>6. Indicação de candidatos ao conselho de administração (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral)</p> <p>Norival Bonamichi</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>José Francisco Hintze Júnior</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>Jardel Massari</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>Luiz Antônio Santos Baptista</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>Rodrigo de Almeida Prado Catunda</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>Marcio Guedes Pereira Júnior</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>7. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais iguais pelos candidatos que você escolheu?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Abster-se</p> <p>8. Visualização de todos os candidatos para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída</p> <p>Norival Bonamichi <input type="checkbox"/> %</p> <p>José Francisco Hintze Júnior <input type="checkbox"/> %</p> <p>Jardel Massari <input type="checkbox"/> %</p> <p>Luiz Antônio Santos Baptista <input type="checkbox"/> %</p> <p>Rodrigo de Almeida Prado Catunda <input type="checkbox"/> %</p> <p>Marcio Guedes Pereira Júnior <input type="checkbox"/> %</p>

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**  
**AGO - OURO FINO SAUDE ANIMAL PARTICIPACOES S.A. de 13/04/2018**

Cidade : \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_\_

Assinatura : \_\_\_\_\_

Nome do Acionista : \_\_\_\_\_

Telefone : \_\_\_\_\_



## ANEXO II

### Comentários da Administração sobre a situação financeira da Companhia

(Item “10. Comentários dos diretores” do Formulário de Referência)

#### 10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

##### (a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Índice de endividamento total <sup>1</sup>	1,00	1,06	0,82
Caixa e equivalentes de caixa	123.360	70.325	23.380
Dívida líquida bancária	200.191	264.517	192.669
Índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido	0,49	0,70	0,51

<sup>1</sup> Representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido

##### (b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta nível de alavancagem adequado para consecução de seu plano de negócios. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 era de 0,49 (0,70 em 31 de dezembro de 2016 e 0,51 em 31 de dezembro de 2015). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	190.233	73.550	57.260
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	122.867	241.888	159.227
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>313.100</b>	<b>315.438</b>	<b>216.487</b>
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	10.451	19.404	(438)
Caixa e equivalentes de caixa	(123.360)	(70.325)	(23.380)
(=) Dívida líquida	200.191	264.517	192.669
Patrimônio líquido	405.636	376.295	380.309
<b>Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido</b>	<b>0,49</b>	<b>0,70</b>	<b>0,51</b>

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2017, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura ainda propicia maior grau de alavancagem, se necessário for, para execução do seu plano de negócios.

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	404.591	399.281	313.062
Capital próprio (patrimônio líquido)	405.636	376.295	380.309
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>810.227</b>	<b>775.576</b>	<b>693.371</b>
Parcela de capital de terceiros	49,94%	51,48%	45,15%
Parcela de capital próprio	50,06%	48,52%	54,85%

**i. hipóteses de resgate de ações ou quotas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate de ações ou quotas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

**(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2017 eram de 1,18 e 1,47, respectivamente (1,11 e 2,66 em 31 de dezembro de 2016 e 1,34 e 2,52 em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 313,1 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

**(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são os instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais e as linhas de investimento dos bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP e BNDES, além do caixa gerado por meio de suas atividades operacionais.

**(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou nas instituições financeiras.

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2017:

(em milhares de reais, exceto %)	Encargos financeiros	Vencimento final	Em 31 de dezembro de		
			2017	2016	2015
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Variação cambial e taxa média ponderada de 4,65% ao ano	2017		8.365	
Capital de giro	Variação cambial e taxa média ponderada de 3,03% ao ano (2016 - 3,06% ao ano)	2019	71.013	87.859	57.005
<b>Em moeda nacional</b>					
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 4,51% ao ano (2016 - 4,74% ao ano)	2024	133.584	165.385	132.890
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 10,24% ao ano	2025	28.802		1.151
BNDES - EXIM	Taxa média ponderada de 10,18% ao ano (2016 - 12,59% ao ano)	2018	39.799	38.339	
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 6,51% ao ano (2016 - 6,67% ao ano)	2023	847	1.270	1.364
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média ponderada de 8% a.a. (2014 - 8% a.a.)	2016			22.306
Capital de giro	Taxa média de 7,00% ao ano	2018	20.011		
Capital de giro	Taxa média ponderada de 10,29% (2016 - 10,46% ao ano)	2018	9.507	6.160	
Capital de giro	Taxa média ponderada de 8,66% (2016 - taxa de 10,42% ao ano)	2018	7.251	5.454	
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de 10,48% ao ano (2016 - 16,95% ao ano)	2020	2.286	2.606	961

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2017:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 18 de julho de 2008, 15 de abril de 2010, 9 de dezembro de 2011 e 18 de dezembro de 2014, as controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. firmaram contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R\$ 332,6 milhões, com vencimentos entre 15 de agosto de 2018 e 15 de janeiro de 2024. Três desses contratos possuem taxas de juros pré-fixadas entre 4,0% e 5,0% ao ano e os demais contratos são vinculados à taxa de juros longo prazo (“TJLP”), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 4,5% ao ano. Esses contratos são garantidos por aval/fiança da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. e/ou Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A, hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de máquinas/equipamentos e/ou por fiança bancária parcial. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R\$ 133,6 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 3 de maio de 2017, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de financiamento visando a modernização e adequação regulatória das instalações da planta industrial de Cravinhos, com valor histórico de R\$ 33,3 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2025. O contrato possui taxas de juros correspondentes ao mix de 51% da TJLP e 49% SELIC, adicionados de remuneração total entre 3,1% e 3,4% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desse contrato era de aproximadamente R\$ 28,8 milhões

Advance Facility Agreement (crédito externo) com o Rabobank Curaçao N.V e Cooperatieve Rabobank U.A.

Em 31 de julho de 2015, 26 de outubro de 2015, 17 de novembro de 2015, 04 de fevereiro de 2016 e 01 de julho de 2016, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos de empréstimos com o Rabobank Curaçao N.V. e Cooperatieve Rabobank U.A no valor total agregado de US\$ 22,5 milhões (aproximadamente R\$ 81,5 milhões), com vencimentos entre 09 de novembro de 2017 e 01 de janeiro de 2019 e taxa de juros em dólar norte americano entre 2,75% e 3,75% ao ano. Esses empréstimos são garantidos por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e Notas Promissórias no valor total agregado de US\$ 27,0 milhões.

Nas mesmas datas dos contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou contratos de *swap* de taxa de câmbio com o Banco Rabobank International Brasil S.A. no valor nominal total de R\$ 81,5 milhões (US\$ 22,5 milhões) que preveem que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros entre 2,75% e 3,75% ao ano e pague entre 100% e 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal dos contratos. Os contratos poderão ser considerados antecipadamente vencidos caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação contraída com o Rabobank Curaçao N.V. e Cooperatieve Rabobank U.A. ou com uma empresa relacionada com o conglomerado Rabobank. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desses contratos era de R\$ 71,0 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (BNDES EXIM Pré-Embarque) com o Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 19 de agosto de 2016 e 14 de novembro de 2016, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou dois contratos de financiamento à exportação com o Banco Santander (Brasil) S.A. no valor agregado de US\$ 11,5 milhões (aproximadamente R\$ 37,4 milhões), com vencimentos entre 15 de agosto de 2018 e 16 de novembro de 2018 e taxa de juros em reais correspondentes ao mix de 70% da TJLP e 30% SELIC, adicionados de remuneração total (BNDES e agente financeiro) entre 3,05% e 3,10% ao ano. Estes financiamentos são garantidos por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor desses contratos era de R\$ 39,8 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (crédito externo) com o HSBC Bank Brasil S.A.

Em 17 de dezembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou um contrato de empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A, no valor de US\$ 4 milhões (aproximadamente R\$ 15,4 milhões), com vencimento em 10 de janeiro de 2017 e taxa de juros em dólar norte americano de 3,31% ao ano. Este empréstimo é garantido por aval da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A..

Nessa mesma data, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. celebrou um contrato de *swap* de taxa de câmbio com o HSBC Bank Brasil S.A. no valor nominal de R\$ 15,4 milhões (US\$ 4 milhões) que prevê que ela receba a variação do dólar norte-americano mais juros de 3,31% ao ano e pague 96,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre o valor nominal. O contrato poderá ser considerado antecipadamente vencido caso a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. fique inadimplente em relação a qualquer obrigação contraída com o HSBC Bank Brasil S.A. ou com uma empresa relacionada com o HSBC Bank Brasil S.A. Esta operação foi liquidada em 10 de janeiro de 2017.

**ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

**iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esses tipos de operações. Adicionalmente, em 2017, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) onde constam cláusulas de obrigatoriedade de manutenção dos seguintes índices de endividamento:

- Dívida Líquida/EBITDA: igual ou menor a 3,0; e
- Endividamento geral: igual ou menor a 0,7.

**(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 313,1 milhões em empréstimos e financiamentos tomados e dispunha de financiamentos contratados com recursos a serem desembolsados, no montante de R\$ 39,8 milhões. Os recursos foram liberados em janeiro de 2018.

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (“2017”) COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (“2016”)**

**Demonstração do Resultado**

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	AH 2017 /2016 (%)
<b>Operações continuadas</b>					
Receitas líquidas das vendas	505.281	100,00%	456.587	100,00%	10,66%
Custos das vendas	(238.712)	-47,24%	(230.504)	-50,48%	3,56%
<b>Lucro bruto</b>	<b>266.569</b>	<b>52,76%</b>	<b>226.083</b>	<b>49,52%</b>	<b>17,91%</b>
Despesas com vendas	(155.634)	-30,80%	(168.307)	-36,86%	-7,53%
Despesas gerais e administrativas	(39.872)	-7,89%	(36.492)	-7,99%	9,26%
Outras receitas, líquidas	(4.712)	-0,93%	(2.519)	-0,55%	87,06%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(16.793)</b>	<b>-3,32%</b>	<b>(22.200)</b>	<b>-4,86%</b>	<b>-24,36%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>49.558</b>	<b>9,81%</b>	<b>(3.435)</b>	<b>-0,75%</b>	<b>-1542,74%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(11.657)	-2,31%	5.696	1,25%	-304,65%
<b>Lucro do exercício das operações continuadas</b>	<b>37.901</b>	<b>7,50%</b>	<b>2.261</b>	<b>0,50%</b>	<b>1576,29%</b>

### **Receita líquida**

A receita líquida foi de R\$ 505,3 milhões em 2017, em comparação com R\$ 456,6 milhões em 2016, o que representou um crescimento de R\$ 48,7 milhões ou 10,66%. Esse incremento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 38,0 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 6,5 milhões, compensados parcialmente pelo aumento de Operações Internacionais, no montante de R\$ 4,2 milhões.

#### *Animais de Produção*

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, que compreendem bovinos, equinos e outros), aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 397,7 milhões em 2017, um aumento de 10,6% em relação a 2016. O crescimento reportado reflete o resultado das ações tomadas pela nova gestão.

#### *Animais de Companhia*

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de medicamentos e outros produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O segmento obteve receita líquida de R\$ 61,0 milhões em 2017 com crescimento de 11,9% em relação a 2016. Esse resultado reflete a recuperação do mercado com níveis de estoques saudáveis nos distribuidores.

### *Operações Internacionais*

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O segmento apresentou receita líquida de R\$ 46,6 milhões em 2017, um aumento de 9,9% comparado a 2016 e impactado negativamente por câmbio.

### **Custo das vendas**

O custo das vendas, em 2016, foi de R\$ 230,5 milhões, contra R\$ 236,7 milhões em 2015, o que representou uma variação de R\$ 6,2 milhões ou 44,32%.

O custo das vendas representou 47,24% e 50,48% da nossa receita líquida em 2017 e 2016, respectivamente. O segmento de Animais de Produção apresentou custo de vendas de 49,5% em 2017 com diminuição de 5,2 p.p. em comparação com 2016. A redução do custo se deu em função de melhor *mix* apresentado no segmento. O segmento de Animais de Companhia apresentou custo de vendas de 30,0% em 2017, com leve aumento de 0,3 p.p. em relação a 2016. O segmento de Operações Internacionais apresentou Custo de vendas de 48,7% em 2017, com aumento de 7,2 p.p. sobre a receita líquida em comparação com 2016. Esse aumento decorre substancialmente de perdas de preço por efeito cambial no período

### **Lucro bruto**

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2017 foi de R\$ 266,6 milhões, em comparação com R\$ 226,0 milhões em 2016, o que representou um crescimento de R\$ 40,5 milhões ou 17,91%.

### **Despesas operacionais**

Em 2017, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 200,2 milhões, contra R\$ 207,3 milhões em 2016, o que representou uma redução de R\$ 7,1 milhões ou 3,42%. As despesas operacionais corresponderam a 39,63% e 45,41% do total da receita líquida em 2017 e 2016, respectivamente.

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 16,8 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$ 22,2 milhões em 2016. Esse resultado ocorreu em virtude da maior geração de caixa em 2017. Com isso, houve redução na dívida líquida, que havia atingido R\$ 264,6 milhões em 2016 e alcançou R\$ 200,2 milhões em 2017.

### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social***

Registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2017, no montante de R\$ 49,6 milhões, contra prejuízo de R\$ 3,4 milhões em 2016, o que representa uma melhora no resultado no total de R\$ 52,7 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou 9,81% e – 0,75% de nossa receita líquida em 2017 em de 2016, respectivamente.

### ***Impostos de renda e contribuição social***

Em 2017, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma despesa R\$ 11,7 milhões, contra uma receita R\$ 5,7 milhões em 2016.

### ***Lucro líquido do exercício***

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2017 foi de R\$ 37,9 milhões, contra R\$ 2,3 milhões em 2016.

### **Balanco Patrimonial Consolidado**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

#### **Ativo**



(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	AH 2017 /2016 (%)
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	123.360	15,23%	70.325	9,07%	75,41%
Contas a receber de clientes	160.663	19,83%	162.478	20,95%	-1,12%
Estoques	108.578	13,40%	131.303	16,93%	-17,31%
Tributos a recuperar	8.925	1,10%	9.984	1,29%	-10,61%
Partes relacionadas	256	0,03%	303	0,04%	-15,51%
Outros ativos	5.514	0,68%	5.529	0,71%	-0,27%
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos					
Tributos a recuperar	49.664	6,13%	42.643	5,50%	16,46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.412	1,53%	17.081	2,20%	-27,33%
Estoques	5.137				
Outros ativos	2.130	0,26%	2.971	0,38%	-28,31%
Intangível	86.721	10,70%	87.158	11,24%	-0,50%
Imobilizado	246.867	30,47%	245.801	31,69%	0,43%
<b>Total do ativo</b>	<b>810.227</b>	<b>100,00%</b>	<b>775.576</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,47%</b>

### **Passivo e Patrimônio Líquido**

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2017	AV (%)	2016	AV (%)	AH 2017 /2016 (%)
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	27.915	3,45%	23.316	3,01%	19,72%
Instrumentos financeiros derivativos	9.179	1,13%	8.820	1,14%	4,07%
Empréstimos e financiamentos	190.233	23,48%	73.550	9,48%	158,64%
Salários e encargos sociais	22.180	2,74%	17.299	2,23%	28,22%
Tributos a recolher	4.153	0,51%	4.053	0,52%	2,47%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	578	0,07%	1.056	0,14%	-45,27%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.051				
Partes relacionadas	168	0,04%	355	0,09%	-52,68%
Comissões sobre as vendas	4.931	0,61%	6.070	0,78%	-18,76%
Outros passivos	8.129	1,00%	8.440	1,09%	-3,68%
<b>Não circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	1.272	0,16%	10.584	1,36%	-87,98%
Empréstimos e financiamentos	122.867	15,16%	241.888	31,19%	-49,21%
Provisão para contingências	3.935	0,49%	3.850	0,50%	2,21%
<b>Total do passivo</b>	<b>404.591</b>	<b>49,94%</b>	<b>399.281</b>	<b>51,48%</b>	<b>1,33%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>405.879</b>	<b>50,09%</b>	<b>376.334</b>	<b>48,52%</b>	<b>7,85%</b>
Participação dos não controladores	(243)	-0,03%	(39)	-0,01%	523,08%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>405.636</b>	<b>50,06%</b>	<b>376.295</b>	<b>48,52%</b>	<b>7,80%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>810.227</b>	<b>100,00%</b>	<b>775.576</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,47%</b>

#### **Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante era de R\$ 407,3 milhões, em comparação com R\$ 379,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 50,27% em 31 de dezembro de 2017 e 48,99% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento, de R\$ 27,4 milhões ou 7,21%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 53,0 milhões, compensado pela redução nos estoques, no valor de R\$ 22,7 milhões.

#### **Ativo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante era de R\$ 402,9 milhões, em comparação com R\$ 395,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 49,10% em 31 de dezembro de 2017 e 51,01% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento, de R\$ 7,3 milhões ou 1,84%, decorreu substancialmente de aumento nos tributos a recuperar e estoques, nos montantes de R\$ 7,0 milhões e R\$ 5,1 milhões, respectivamente, compensados pela redução de R\$ 4,7 milhões no imposto de renda e contribuição social diferidos.

### **Passivo circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante era de R\$ 276,5 milhões, em comparação com R\$ 143,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 33,03% em 31 de dezembro de 2017 e 18,48% em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento, de R\$ 133,5 milhões ou 93,42%, decorreu substancialmente da transferência de empréstimos e financiamentos de longo para curto prazo, no montante de R\$ 116,7 milhões e contabilização dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar em 2018, no montante de R\$ 9,0 milhões.

### **Passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R\$ 128,1 milhões, em comparação com R\$ 256,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 15,81% em 31 de dezembro de 2017 e 33,05% em 31 de dezembro de 2016. Essa redução, de R\$ 128,2 milhões ou 50,03%, decorreu substancialmente da transferência de empréstimos e financiamentos de longo para curto prazo e redução nos instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 9,3 milhões.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido era de R\$ 405,9 milhões, em comparação com R\$ 376,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Essa variação, de R\$ 29,6 milhões ou 7,85%, deu-se substancialmente pelo resultado do ano, compensado pelas variações em resultados não abrangentes, decorrentes dos efeitos reflexos das movimentações dos investimentos.

## **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (“2016”) COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (“2015”)**

### **Demonstração do Resultado**

(em R\$ milhares, exceto quando indicado)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH 2016/2015 (%)
<b>Operações continuadas</b>					
Receitas líquidas das vendas	456.587	100,00%	534.045	100,00%	-14,50%
Custos das vendas	(230.504)	-50,48%	(236.684)	-44,32%	-2,61%
<b>Lucro bruto</b>	<b>226.083</b>	<b>49,52%</b>	<b>297.361</b>	<b>55,68%</b>	<b>-23,97%</b>
Despesas com vendas	(168.307)	-36,86%	(161.618)	-30,26%	4,14%
Despesas gerais e administrativas	(36.492)	-7,99%	(39.882)	-7,47%	-8,50%
Outras receitas, líquidas	(2.519)	-0,55%	2.041	0,38%	-223,42%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(22.200)</b>	<b>-4,86%</b>	<b>(10.635)</b>	<b>-1,99%</b>	<b>108,74%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(3.435)</b>	<b>-0,75%</b>	<b>87.267</b>	<b>16,34%</b>	<b>-103,94%</b>
Imposto de renda e contribuição social	5.696	1,25%	(18.060)	-3,38%	-131,54%
<b>Lucro do exercício das operações continuadas</b>	<b>2.261</b>	<b>0,50%</b>	<b>69.207</b>	<b>12,96%</b>	<b>-96,73%</b>

### **Receita líquida**

A receita líquida foi de R\$ 456,6 milhões em 2016, em comparação com R\$534,0 milhões em 2015, o que representou um decréscimo de R\$ 77,4 milhões ou 14,50%. Essa retração, em

termos absolutos, é atribuída aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R\$ 76,0 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R\$ 7,9 milhões, compensados parcialmente pelo aumento de Operações Internacionais, no montante de R\$ 6,5 milhões.

#### *Animais de Produção*

A retração de 17,44% apresentada no segmento é decorrente da redução da receita líquida, de R\$ 435,7 milhões em 2015 para R\$ 359,7 milhões em 2016. Esse decréscimo decorreu, substancialmente, de perdas de preço em vacina contra febre aftosa e perdas de preço e volume na linha de aves e suínos, especialmente em aves. Em bovinos ex-aftosa, houve queda de volume em grande parte das classes terapêuticas que foram parcialmente compensados pelos ganhos de preço, exceto para os produtos da linha reprodutiva que ganharam em preço e volume.

#### *Animais de Companhia*

A retração de 12,63% é decorrente da redução da receita líquida, de R\$ 62,4 milhões em 2015 para R\$ 54,5 milhões em 2016. Esse resultado reflete a situação macroeconômica, com perdas de preço e volume na classe terapêutica de ectoparasiticidas em decorrência do crescimento das vendas de ectocomprimidos pelos demais participantes do mercado. Esses resultados foram parcialmente compensados por ganhos de preço e volume em vermífugos e ganhos de preço nas demais classes terapêuticas.

#### *Operações Internacionais*

O crescimento de 17,81% é decorrente do aumento da receita líquida, de R\$ 35,9 milhões em 2015 para R\$ 42,3 milhões em 2016, em linha com o planejamento estratégico de longo prazo da Companhia. Destacam-se os impactos negativos da depreciação das moedas locais, especialmente do peso mexicano, e da apreciação do real frente ao dólar.

#### **Custo das vendas**

O custo das vendas, em 2016, foi de R\$ 230,5 milhões, contra R\$ 236,7 milhões em 2015, o que representou uma variação de R\$ 6,2 milhões ou 44,32%.

O custo das vendas representou 50,48% e 44,32% da nossa receita líquida em 2016 e 2015, respectivamente. No segmento de animais de produção, a redução de margem deve-se, substancialmente, às perdas de preço em aves e suínos e em vacina contra febre aftosa, além de um mix menos favorável. Em animais de companhia, a queda é reflexo das perdas de preços em ectoparasiticidas. No segmento de operações internacionais a redução da margem bruta nos períodos apresentados decorre, substancialmente, do não repasse integral aos preços dos aumentos de custos pela apreciação do dólar e pela inflação de 2015.

#### **Lucro bruto**

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2016 foi de R\$ 226,0 milhões, em comparação com R\$ 297,4 milhões em 2015, o que representou uma redução de R\$ 71,4 milhões ou 23,97%.

### ***Despesas operacionais***

Em 2016, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R\$ 207,4 milhões, contra R\$ 199,5 milhões em 2015, o que representou um aumento de R\$ 7,9 milhões ou 3,94%. As despesas operacionais corresponderam a 45,41% e 37,55% do total da receita líquida em 2016 e 2015, respectivamente.

### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 22,2 milhões em 2016 em comparação a uma despesa de R\$ 10,6 milhões em 2015. Esse incremento reflete o aumento do endividamento bancário decorrente dos investimentos realizados em 2016, no montante de R\$ 87,0 milhões, substancialmente, na nova fábrica de biológicos e cujos recursos finais, no valor de R\$ 42,0 milhões, referentes às duas últimas parcelas, foram liberados no mês de dezembro de 2016, encerrando os desembolsos do contrato de financiamento com a FINEP, no valor total de R\$ 106,9 milhões.

### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social***

Registramos prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social em 2016, no montante de R\$ 3,4 milhões, contra o lucro de R\$ 87,3 milhões em 2015, o que representa uma redução de R\$ 90,7 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou - 0,75% e 16,34% de nossa receita líquida em 2016 em de 2015, respectivamente.

### ***Impostos de renda e contribuição social***

Em 2016, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma receita R\$ 5,7 milhões, contra uma despesa de R\$ 18,0 milhões em 2015.

### ***Lucro líquido do exercício***

Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2016 foi de R\$ 2,3 milhões, contra R\$ 69,2 milhões em 2015.

### **Balanco Patrimonial Consolidado**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

#### **Ativo**

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH 2016/2015 (%)
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	70.325	9,07%	23.380	3,37%	200,79%
Contas a receber de clientes	162.478	20,95%	225.740	32,56%	-28,02%
Instrumentos financeiros derivativos			22	0,00%	-100,00%
Estoques	131.303	16,93%	109.263	15,76%	20,17%
Tributos a recuperar	9.984	1,29%	8.491	1,22%	17,58%
Partes relacionadas	303	0,04%	1.870	0,27%	-83,80%
Outros ativos	5.529	0,71%	9.611	1,39%	-42,47%
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros derivativos			1.713	0,25%	-100,00%
Tributos a recuperar	42.643	5,50%	32.322	4,66%	31,93%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.081	2,20%	5.558	0,80%	207,32%
Outros ativos	2.971	0,38%	2.616	0,38%	13,57%
Intangível	87.158	11,24%	78.690	11,35%	10,76%
Imobilizado	245.801	31,69%	194.095	27,99%	26,64%
<b>Total do ativo</b>	<b>775.576</b>	<b>100,00%</b>	<b>693.371</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,86%</b>

### **Passivo e Patrimônio Líquido**

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH 2016/2015 (%)
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	23.316	3,01%	29.450	4,25%	-20,83%
Instrumentos financeiros derivativos	8.820	1,14%	1.297	0,19%	580,03%
Empréstimos e financiamentos	73.550	9,48%	57.260	8,26%	28,45%
Salários e encargos sociais	17.299	2,23%	24.333	3,51%	-28,91%
Tributos a recolher	4.053	0,52%	6.585	0,95%	-38,45%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.056	0,14%	1.873	0,27%	-43,62%
Dividendos e juros sobre o capital próprio			16.433	2,37%	-100,00%
Comissões sobre as vendas	6.070	0,78%	7.313	1,05%	-17,00%
Outros passivos	8.795	1,13%	5.450	0,79%	61,38%
<b>Não circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	10.584	1,36%			
Empréstimos e financiamentos	241.888	31,19%	159.227	22,96%	51,91%
Provisão para contingências	3.850	0,50%	3.841	0,55%	0,23%
<b>Total do passivo</b>	<b>399.281</b>	<b>51,48%</b>	<b>313.062</b>	<b>45,15%</b>	<b>27,54%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>376.334</b>	<b>48,52%</b>	<b>380.181</b>	<b>54,83%</b>	<b>-1,01%</b>
Participação dos não controladores	(39)	-0,01%	128	0,02%	-130,47%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>376.295</b>	<b>48,52%</b>	<b>380.309</b>	<b>54,85%</b>	<b>-1,06%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>775.576</b>	<b>100,00%</b>	<b>693.371</b>	<b>100,00%</b>	<b>11,86%</b>

### **Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante era de R\$ 379,9 milhões, em comparação com R\$ 378,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 48,99% em 31 de dezembro de 2016 e 54,57% em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento, de R\$ 1,5 milhão ou 0,41%, decorreu substancialmente do efeito líquido do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 46,9 milhões, e aumento do saldo de estoques, no montante de R\$ 22,0 milhões, compensados pela redução do contas a receber, no valor de R\$ 63,3 milhões.

### **Ativo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante era de R\$ 395,6 milhões, em comparação com R\$ 315,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 51,01% em 31 de dezembro de 2016 e 45,43% em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento, de R\$ 80,6 milhões ou 25,61%, decorreu substancialmente de adições no intangível e imobilizado, líquidos da depreciação, no montante de R\$ 60,2 milhões, dos aumentos dos saldos de tributos a recuperar e impostos diferidos, nos montantes de R\$ 10,3 milhões e R\$ 11,5 milhões, respectivamente. Os investimentos no intangível são, substancialmente, referentes a desenvolvimentos de novos produtos, e no imobilizado, substancialmente, relativos às obras da nova planta de vacinas.

### **Passivo circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante era de R\$ 143,0 milhões, em comparação com R\$ 150,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 18,43% em 31 de dezembro de 2016 e 21,63% em 31 de dezembro de 2015. Essa redução, de R\$ 7,0 milhões ou 4,69%, decorreu substancialmente das diminuições dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 16,4 milhões, de fornecedores, no montante de R\$ 6,0 milhões e de salários e encargos sociais, no montante de R\$ 7,3 milhões, parcialmente compensadas pelo aumento no saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$ 16,3 milhões.

### **Passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante era de R\$ 256,3 milhões, em comparação com R\$ 163,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 33,05% em 31 de dezembro de 2016 e 23,52% em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento, de R\$ 93,2 milhões ou 57,19%, decorreu substancialmente dos aumentos dos saldos de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 82,7 milhões e dos instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 10,6 milhões.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido era de R\$ 376,3 milhões, em comparação com R\$ 380,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa variação, de R\$ 3,8 milhões ou 1,01%, deu-se substancialmente pelo resultado do ano, compensado pelas variações em resultados não abrangentes, decorrentes dos efeitos reflexos das movimentações dos investimentos.

### **Fluxo de Caixa**

#### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (“2017”) COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (“2016”) E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (“2015”)**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios indicados:

(em milhares de reais)	2017	2016	2015
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	99.503	42.242	15.509
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(25.241)	(83.974)	(56.383)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(21.217)	89.879	(8.759)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	53.045	48.147	(49.633)

#### **Fluxo de caixa das atividades operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 99,5 milhões em 2017, em comparação a R\$ 42,2 milhões em 2016. O aumento de R\$ 57,3 milhões na geração de caixa líquido, ou 57,55%, é representado substancialmente pela maior lucratividade do exercício de 2017 em comparação a 2016.



O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 42,2 milhões em 2016, em comparação a R\$ 15,5 milhões em 2015. O aumento de R\$ 26,7 milhões na geração de caixa líquido, ou 172,11%, é representada substancialmente por maior geração de caixa nas contas de variação no capital circulante e instrumentos financeiros derivativos, compensados por menor lucratividade no comparativo dos dois exercícios.

#### ***Fluxo de caixa das atividades de investimento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 25,2 milhões em 2017, contra R\$ 84,0 milhões em 2016. A redução de R\$ 58,8 milhões, ou 232,69%, decorreu substancialmente pela redução nas aplicações de recursos em aquisições de ativo imobilizado e ativo intangível, no montante de R\$ 53,4 milhões.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 86,8 milhões em 2016, contra R\$ 56,4 milhões em 2015. O incremento de R\$ 30,4 milhões, ou 53,98%, decorreu substancialmente pelo efeito líquido das aquisições e alienações de ativo imobilizado, no montante de R\$ 30,0 milhões. O investimento no imobilizado é substancialmente relativo às obras da nova planta de vacinas.

#### ***Fluxo de caixa das atividades de financiamento***

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 21,2 milhões em 2017, representado substancialmente pelo efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 6,6 milhões e realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 14,6 milhões. O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 92,8 milhões em 2016, representado substancialmente pelo efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 132,9 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 28,0 milhões. O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 8,8 milhões em 2015, representado substancialmente pela declaração de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12,9 milhões, efeito líquido de obtenção e pagamento de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$ 15,7 milhões, compensados pela realização de instrumentos financeiros derivativos, no montante de R\$ 19,8 milhões.

## **10.2 - Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro**

### **(a) Resultados das operações do emissor**

Os Diretores entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia e suas controladas, e, conseqüentemente, de suas operações, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foi a venda de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos). As receitas são provenientes tanto do mercado interno, quanto de exportações, principalmente para a América Latina.

### **(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os fatores relevantes que influenciaram as variações nos resultados foram detalhados acima neste item, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, não havendo mudanças adicionais relevantes atribuíveis a modificações de preços, do câmbio, da inflação e da taxa de juros, além daquelas já explicitadas neste item.

### **(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

Vide letra (b) acima.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

##### **Introdução do Segmento de Saúde Animal**

Conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência, em 30 de junho de 2014, em decorrência da cisão parcial da Ouro Fino Participações, foram introduzidos os seguintes segmentos operacionais geradores de caixa para a Companhia :

**Animais de Produção:** Representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos (anti-inflamatórios, antibióticos, anticoccidianos, antimastíticos, ectoparasiticidas, endectocidas, endoparasiticidas, hemoparasiticidas, inoculantes, terapêuticos, produtos para a reprodução animal - IATF), vacinas, além de aditivos melhoradores de performance, probióticos e outros produtos veterinários para bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

**Animais de Companhia:** Representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos (anestésicos, sedativos, anti-inflamatórios, antibióticos, antimicrobianos, dermatológicos, ectoparasiticidas, endoparasiticidas, otológicos) e outros produtos veterinários para cães e gatos; e

**Operações Internacionais:** Representa a fabricação e comercialização no mercado externo, principalmente para América Latina, de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e de companhia.

Para maiores informações acerca dos nossos segmentos de atuação, ver item 7 deste Formulário de Referência.

#### **(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 15 de setembro de 2015, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Bracol Agronegócio S.A.S. ("Bracol"), uma antiga distribuidora da Companhia sediada na Colômbia, pelo valor de R\$ 387 Mil. Como resultado da aquisição, o Grupo espera expandir sua participação no mercado colombiano, em linha com seu planejamento estratégico de crescimento na América Latina. O ágio (Goodwill) de R\$ 618 Mil, que surge da aquisição, é atribuível à previsão de rentabilidade futura na investida. De acordo com a legislação atual, não se espera que o ágio registrado seja dedutível para fins de imposto de renda.

Em 31 de agosto de 2016, foi aprovada a incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. ("GAOF"), com base em laudo de avaliação a valor contábil em 30 de junho de 2016, emitido por avaliadores independentes em 12 de agosto de 2016. A GAOF, holding de investimentos, adquiriu em 20 de outubro de 2014 participação societária na Companhia, de aproximadamente 14,27% do capital, pelo montante de R\$ 200.000, gerando registro de ágio fiscal fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (nos termos da Lei 9.532/97) no

montante de R\$ 160.097. Após a incorporação, e tendo em vista a não expectativa de realização do benefício fiscal do ágio neste momento, a Administração optou pelo provisionamento total do saldo incorporado, tendo como contrapartida a mesma rubrica de reserva especial de ágio na incorporação onde o benefício foi inicialmente contabilizado. Neste contexto, não houve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

**(c) eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos exercícios cobertos por este Formulário de Referência, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia e suas controladas ou suas atividades que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

#### **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, não houve mudanças nas práticas contábeis que provoquem efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não existem efeitos significativos de alterações em práticas contábeis nos exercícios cobertos por este Formulário de Referência.

**(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios cobertos por este Formulário de Referência foram emitidos sem ressalvas.

## **10.5 - Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas**

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

### **Valor justo de instrumentos financeiros derivativos**

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

### ***Provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment)***

O *impairment* é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas.

### ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela administração, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos.

### ***Perda (impairment) do ativo imobilizado***

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

### ***Provisão para contingências***

O Grupo é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

### **Valor justo do plano de outorga de opções de compra de ações**

O valor justo atribuído às opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

#### **Perda (*impairment*) do ativo intangível**

Anualmente, o Grupo avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de desenvolvimento de produtos no intangível, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos:

- premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto) e na participação de mercado que o Grupo espera atingir;
- estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação; e
- gastos associados a comercialização, tais como despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagem.

O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento, dependendo da estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado.

#### **Provisão para ajuste de preços praticado nas vendas de vacinas contra febre aftosa**

Considerando a grande competitividade do mercado de vacinas contra febre aftosa e em consonância com as práticas deste mercado, no qual as negociações de preço podem se estender até o início da próxima campanha de vacinação, trimestralmente o Grupo avalia a situação do mercado de vacina contra a febre aftosa e analisa, com base em sua experiência, conhecimento acumulado sobre o setor, informações públicas sobre esse mercado e a demanda projetada para sua carteira de clientes, se existe necessidade de ajustes nos preços faturados. Quando faz-se necessário algum ajuste nos preços da vacina contra a febre aftosa, o mesmo é registrado reduzindo a receita líquida de vendas, no resultado do exercício, em contrapartida das contas a receber. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia negociou suas vendas de vacinas de febre aftosa a preços fixos, não havendo renegociação de preços após o efetivo faturamento e reconhecimento da receita e, portanto, não sendo requerida a avaliação da provisão acima mencionada.

## **10.6 – Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) *arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

**(ii) *carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

**(iii) *contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

**(iv) *contratos de construção não terminada***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

**(v) *contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2017.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.



## **10.7 – Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## **10.8 – Comentários dos Diretores sobre o plano de negócios**

### **(a) investimentos**

#### ***(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos***

Os Diretores informam que, no exercício social de 2018, a Companhia pretende efetuar investimentos no montante aproximado de R\$ 87,6 milhões, os quais serão destinados substancialmente em obras para adequação e expansão na planta produtiva de fármacos e nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos de acordo com o *pipeline* de lançamentos da Companhia.

#### ***(ii) fontes de financiamento dos investimentos***

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP e BNDES.

#### ***(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

### **(c) novos produtos e serviços (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que esta inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos. Nos últimos 3 anos, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 6% de sua receita líquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, correspondentes a cerca de R\$ 98 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram lançados 2 novos produtos.

## **10.9 – Outros fatores com influência relevante**

Não aplicável.

## **ANEXO III**

### **Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário**

(Artigo 9º, parágrafo único, inciso III, da Instrução CVM 481)

#### **PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Os membros do Comitê de Auditoria da Ouro Saúde Animal Participações S.A. (“**Companhia**”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria examinou também o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O Comitê de Auditoria, com base nas análises periódicas efetuadas, bem como nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos seus auditores externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Cravinhos, 1º de março de 2018.

#### **Frederico Seabra de Carvalho**

Membro do Comitê de Auditoria

#### **Eduardo Scarpellini**

Membro do Comitê de Auditoria

#### **José Francisco Hintze Júnior**

Membro do Comitê de Auditoria

## ANEXO IV

### Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

(Artigo 9º, parágrafo único, inciso II, da Instrução CVM 481)

#### 8 Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 38.107.811,64.

#### 9 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Administração da Companhia propõe a seguinte distribuição de dividendos, a partir do lucro líquido consolidado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 13 de abril de 2018 (“**AGO**”):

Nos termos do estatuto social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, deverão ser distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório.

Face ao acima exposto, a Administração da Companhia submete à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da seguinte forma:

- (i) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado, no montante de R\$9.050.605,27, correspondentes a R\$0,16776222 por ação, compostos por:
  - (a) R\$6.000.208,45, distribuídos a título de juros sobre capital próprio, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2017, sobre a qual incidirá a retenção de R\$ 695.664,82 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (“**IRRF**”), resultando no montante líquido de R\$5.304.543,63 para distribuição aos acionistas, equivalentes a R\$0,09832514 por ação. Nos termos aprovados pelo Conselho de Administração, o pagamento dos juros sobre o capital próprio deverá ser efetuado até 31 de maio de 2018. Farão jus ao recebimento dos juros sobre capital próprio os acionistas titulares das ações em 19 de dezembro de 2017; e
  - (b) o saldo remanescente de R\$3.746.061,64, que corresponde a R\$0,06943708 por ação, sem retenção de IRRF, conforme legislação em vigor.
- (ii) pagamento de R\$1.796.268,06 a título de dividendos complementares, que corresponde a R\$0,03329567 por ação, sem retenção de IRRF.

Nesse sentido, o **montante global dos dividendos a serem distribuídos**, incluindo o dividendo mínimo obrigatório (no qual já se encontram computados os juros sobre capital

próprio acima mencionados) e o dividendo complementar, será de **R\$ 10.846.873,33**, que corresponde a **R\$ 0,20105789 por ação**.

**10 Percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O montante global dos dividendos, incluindo o dividendo mínimo obrigatório (no qual já se encontram computados os juros sobre capital próprio acima mencionados) e o dividendo complementar, corresponde a 29,96% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, após a constituição da reserva legal.

**11 Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não foi realizada ao longo do exercício de 2017 e não existe proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

**12 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Companhia era composto por 53.949.006 (cinquenta e três milhões, novecentos e quarenta e nove mil e seis) ações ordinárias.

Dessa forma, conforme informado no item 9 acima, o montante global dos dividendos a serem distribuídos, no qual já se encontram os dividendos mínimos obrigatórios (imputados os juros sobre capital próprio, líquidos de IRRF) e os dividendos complementares, será de **R\$ 10.846.873,33**, que corresponde a **R\$ 0,20105789** por ação, sendo:

(ii) dividendos de **R\$ 3.746.061,64**, que correspondem a **R\$ 0,06943708 por ação**, sem retenção de IRRF;

(iii) juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 6.000.208,45, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2017, sobre a qual incidirá a retenção de R\$ 695.664,82 a título de IRRF, resultando no montante líquido de **R\$ 5.304.543,63**, que corresponde a **R\$ 0,09832514** por ação; e

(iv) dividendos complementares de **R\$ 1.796.268,06**, que corresponde a **R\$ 0,03329567 por ação**, sem retenção de IRRF.

**(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

O dividendo proposto e os juros sobre capital próprio serão pagos, em dinheiro, até 31 de maio de 2018.

**(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos e juros sobre capital próprio não estão sujeitos a atualização e juros.

(d) **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Os acionistas que farão jus ao complemento do dividendo mínimo obrigatório (isto é, o montante total do dividendo mínimo obrigatório menos os juros sobre capital próprio já declarados e imputados ao dividendo mínimo obrigatório) e ao dividendo complementar proposto serão aqueles registrados como tal em 13 de abril de 2018, data da AGO, sendo que, a partir de 16 de abril de 2018, as ações da Companhia passarão a ser negociadas “*ex-dividendos*”.

Farão jus ao recebimento dos juros sobre capital próprio, por sua vez, os acionistas que eram titulares de ações em 19 de dezembro de 2017, três dias após a data em que foi realizada a reunião do Conselho de Administração que aprovou sua distribuição.

**13 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

(a) **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Em reunião realizada em 14 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$ 6.000.208,45, com retenção de R\$ 695.664,82 a título de IRRF, resultando no montante líquido de R\$5.304.543,63, que corresponde a R\$ 0,09832514 por ação.

(b) **Informar a data dos respectivos pagamentos**

O pagamento dos juros sobre capital próprio deverá ser realizado até 31 de maio de 2018.

**14 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

	2017	2016	2015
<b>Resultado líquido do exercício</b>	R\$ 38.107.811,64	-R\$ 5.206.764,70	R\$ 69.192.349,44
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos</b>	R\$ 10.846.873,33	Não aplicável	R\$ 16.433.182,99
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio</b>	R\$ 10.846.873,33	Não aplicável	R\$ 16.433.182,99

referentes às ações ordinárias			
Dividendo e juros sobre capital próprio referentes às ações preferenciais	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

**15 Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**(a) Identificar o montante destinado à reserva legal**

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, será destinado o montante de R\$ 1.905.390,58 para a reserva legal.

**(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2017</b>
Lucro líquido do exercício	R\$ 38.107.811,64
Percentual de destinação à Reserva Legal	5%
Montante destinado à Reserva Legal	R\$ 1.905.390,58

**16 Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**(a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

**(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

**(c) Informar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

**(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.

**(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações preferenciais.



## **17 Em relação ao dividendo obrigatório**

(a) **Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 34 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório 25,00% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

(b) **Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia está sendo pago integralmente, no montante de R\$ 9.050.605,27 (inclui os juros sobre o capital próprio computados no dividendo mínimo obrigatório, conforme mencionado acima).

(c) **Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável, tendo em vista que a Administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

## **18 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia**

(a) **Informar o montante da retenção**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

(b) **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

(c) **Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

## **19 Destinação de resultado para reserva de contingências**

(a) **Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de contingências.

(b) **Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de contingências.

(c) **Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de contingências.

(d) **Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de contingências.

**20 Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

(a) **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

(b) **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

**21 Destinação de resultado para reservas estatutárias**

(a) **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o estatuto social da Companhia não prevê a destinação de resultado para reservas estatutárias.

(b) **Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que o estatuto social da Companhia não prevê a destinação de resultado para reservas estatutárias.

(c) **Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável, tendo em vista que o estatuto social da Companhia não prevê a destinação de resultado para reservas estatutárias.

**22 Retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

(a) **Identificar o montante da retenção**

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a dedução do dividendo mínimo obrigatório e do dividendo complementar, no montante de R\$ 24.659.882,91, será destinado à retenção de lucros com base em orçamento de capital.

(b) **Fornecer cópia do orçamento de capital**

A cópia da proposta do orçamento de capital encontra-se anexa à Proposta da Administração como **ANEXO V**.

**23 Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

(a) **Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

(b) **Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, tendo em vista que não há proposta de destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

\* \* \*

## ANEXO V

### Orçamento de Capital

#### PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

*(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)*

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e em continuidade ao plano de crescimento e desenvolvimento da Companhia, a Administração propõe para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, a retenção de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, após a constituição da reserva legal e as deduções do dividendo mínimo obrigatório e do dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 24.659.882,91 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos). Os saldos incluídos nesta reserva serão utilizados, substancialmente, em obras para adequação e expansão de na planta produtiva de fármacos e nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos de acordo com o pipeline de lançamentos da Companhia.

A utilização dos recursos decorrentes da retenção de lucros ora proposta poderá ser efetuada durante os próximos 5 exercícios sociais da Companhia e conforme destinação que lhe der a Assembleia Geral de acionistas, nos termos do §1º do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Cravinhos, 1º de Março de 2018.

---

Jardel Massari

Presidente

---

Kleber Cesar Silveira Gomes

CFO e DRI

## ANEXO VI

### Remuneração da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018

(Item “13. Remuneração dos administradores” do Formulário de Referência)

#### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos diretores não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

**(b) composição da remuneração**

**(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Os Conselheiros de Administração e Fiscais recebem uma remuneração fixa, conforme aprovada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores estatutários e não estatutários recebem, além da uma remuneração fixa, uma remuneração variável, podendo também ser beneficiários no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia.

Além disso, os Conselheiros e os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a uma série de benefícios, dentre eles: (i) cesta básica; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) seguro de vida; (v) plano de previdência privada; (vi) auxílio bolsa de estudo.

Os membros dos Comitês de Inovação, de Recursos Humanos e de Auditoria Estatutário da Companhia são remunerados mensalmente ou por reunião, com exceção daqueles membros que renunciaram da sua remuneração ou que a remuneração como membro do Comitê já está englobada em outro cargo que o membro ocupa na Companhia.

**(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

<b>Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017</b>				
<b>% em relação à remuneração total</b>				
	<b>Salário Base</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	100%	0%	0%	100%
<b>Diretoria</b>	61%	4%	35%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	100%	0%	0%	100%

<b>Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016</b>				
<b>% em relação à remuneração total</b>				
	<b>Salário Base</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	100%	0%	0%	100%
<b>Diretoria</b>	37%	55%	8%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	100%	0%	0%	100%

<b>Exercício social findo em 31 de dezembro de 2015</b>				
<b>% em relação à remuneração total</b>				
	<b>Salário Base</b>	<b>Remuneração Variável</b>	<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>Total</b>
<b>Conselho de Administração</b>	100%	0%	0%	100%
<b>Diretoria</b>	66%	17%	17%	100%
<b>Conselho Fiscal</b>	100%	0%	0%	100%

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Nossa metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração está baseada, principalmente, nos seguintes elementos: (i) estudo de mercado para avaliação do cargo e respectiva remuneração e comparação com o mercado; (ii) índices oficiais de inflação e índices gerais de preços; e (iii) negociação com o sindicato da respectiva categoria profissional.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

A principal razão que justifica a composição da remuneração paga aos nossos administradores é o incentivo para a melhoria de nossa gestão e a retenção de nossos executivos, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Atualmente a Companhia possui 2 (dois) membros do Conselho de Administração, 3 (três) membros do Comitê de Recursos Humanos e 2 (dois) membros do Comitê de Auditoria Estatutário que não são remunerados pela Companhia.

Tais membros renunciaram ao direito ao recebimento de remuneração da Companhia.

**(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários, são os seguintes: (i) receita líquida; (ii) lucro líquido da Companhia; (iii) EBITDA da Companhia e (v) metas individuais, baseadas no atingimento de resultados e metas pré-acordadas. As metas individuais devem ser específicas, mensuráveis, realistas e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada Diretor estatutário e não estatutário.

**(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A parcela variável da remuneração dos Diretores estatutários e não estatutários está vinculada ao desempenho da Companhia e ao atingimento das metas individuais dos respectivos diretores no período em questão, conforme descrito acima.

**(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os seus interesses com os da organização.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado e do programa de participação nos resultados.

**(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Diretores estatutários: a maior parte da remuneração fixa e variável dos diretores estatutários é suportada pelas controladas da Companhia, nos termos do Contrato de Rateio.

Um dos diretores estatutários da Companhia recebe remuneração adicional em decorrência do exercício de cargo na administração de uma controlada da Companhia, esta suportada por esta própria controlada. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a remuneração total deste diretor estatutário na referida controlada foi de, respectivamente,

R\$391.905,65 e R\$522.725,94. Para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2018, a remuneração total prevista para este diretor estatutário na referida controlada é de R\$704.306,86.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

**(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

A Companhia possui diretrizes que devem ser observadas quanto à remuneração dos seus administradores de modo a alinhar os seus interesses e os objetivos da Companhia.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

O Conselho de Administração é o único órgão da Companhia que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar o arcabouço competitivo de remuneração.

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração empresas de mesmo porte do segmento de atuação bem como de outros segmentos que sejam concorrentes para fins de contratação dos executivos.

O Conselho de Administração avalia a adequação das suas diretrizes internas sempre que houver atualizações nos critérios ou composição da remuneração dos administradores.



### 13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/ 2018- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,25	2,00	3,00	9,25
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.020.000,00	975.114,36	286.153,20	2.281.267,56
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Outros	219.000,00	195.022,88	57.230,64	471.253,52
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	216.808,12	-	216.808,12
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Pós-emprego</b>				
Cessaçã o do cargo	-	187.293,00	-	187.293,88
Baseada em ações, incluindo opções	-	223.962,88	-	223.962,88
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	

	decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	duas casas decimais. Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	1.314.000,00	1.798.201,24	343.383,84	<b>3.455.585,08</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/ 2017 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	5,75	2,00	3,00	10,75
Nº de membros remunerados	4,75	2,00	2,75	9,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.144.000,00	292.556,61	192.452,80	1.629.009,41
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	105.000,00	-	-	105.000,00
Outros	249.800,00	51.282,31	38.490,56	339.572,87
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	21.962,28	-	21.962,28
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (encargos)	-	-	-	-
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	221.244,10	-	221.244,10

<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	-	199.274,75	-	199.274,75
<b>Observação</b>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	
<b>Total da remuneração</b>	1.498.800,00	786.320,05	230.943,36	<b>2.516.063,41</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/ 2016 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	2,00	8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	940.000,00	1.811.529,62	198.632,00	2.950.161,62
Benefícios direto e indireto	-	209.302,75	-	209.302,75
Participações em comitês	70.000,00	20.000,00	-	90.000,00

Outros	202.000,00	119.148,40	39.726,40	360.874,80
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	55.137,00	-	55.137,00
Participação de resultados	-	1030,00	-	1030,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (encargos)	-	20.914,03	-	20.914,03
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessaçã o do cargo</b>	-	3.098.902,12	-	3.098.902,12
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	-	488.605,29	-	488.605,29
<b>Observação</b>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	<p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p> <p>Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.</p>	
<b>Total da remuneração</b>	1.212.000,00	5.824.569,21	238.358,40	<b>7.274.927,61</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/ 2015 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	2,00	7,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	560.000,00	1.942.884,28	120.000,00	2.622.884,28
Benefícios direto e indireto	0,00	241.104,23	-	241.104,23
Participações em comitês	60.000,00	-	-	60.000,00
Outros	124.000,00	51.962,77	24.000,00	199.962,77
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	798.057,09	-	798.057,09
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	-
<b>Baseada em ações, incluindo opções</b>	-	514.671,17	-	514.671,17
<b>Observação</b>	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.  Conforme disposto no OFÍCIO-	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.  Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.  Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SE	

	CIRCULAR/CVM/SE P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	P/Nº02/2018, o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "c") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
<b>Total da remuneração</b>	744.000,00	3.548.679,54	144.000,00	<b>4.436.679,54</b>

### 13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal.

Prevista para 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Numero total de membros</b>	6,00	2,00	3,00	11,00
<b>Número de membros remunerados</b>	0,00	2,00	0,00	2,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	216.808,12	-	216.808,12

Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	216.808,12	-	216.808,12
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	N/A	-	N/A

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Numero total de membros</b>	5,75	2,00	3,00	10,75
<b>Número de membros remunerados</b>	0,00	2,00	0,00	2,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	0,00	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	63.075,84	-	63.075,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	65.886,84	-	65.886,84
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	21.962,28	-	21.962,28

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Numero total de membros</b>	5,00	2,00	3,00	10,00
<b>Número de membros remunerados</b>	0,00	2,00	0,00	2,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	55.137,00	-	55.137,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.030,00	-	1.030,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.429.064,21	-	1.429.064,21
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.429.064,21	-	1.429.064,21
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.030,00	-	1.030,00

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Numero total de membros</b>	5,00	2,00	3,00	10,00
<b>Número de membros remunerados</b>	0,00	2,00	0,00	2,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.181.327,28	-	1.181.327,28
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	1.181.327,28	-	1.181.327,28
Valor efetivamente	-	798.057,09	-	798.057,09



reconhecido no resultado				
--------------------------	--	--	--	--

## **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

### **(a) termos e condições gerais**

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações (“**Plano**”) em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano (“**Opções**”), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Pessoas Elegíveis**”), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle (“**Beneficiários**”); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários (“**Contratos de Opção**”), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções (“**Preço de Exercício**”) e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

### **(b) principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, visando a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor para a Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

**(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os administradores, empregados e prestadores de serviços que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

**(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos administradores, empregados e prestadores de serviços, com base no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

**(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

O Plano alinha os interesses da Companhia, de seus administradores, de seus empregados e de seus prestadores de serviços na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais executivos e empregados cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

**(f) número máximo de ações abrangidas**

Nos termos do Plano, poderão ser conferidos direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

**(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

**(h) condições de aquisição de ações**

Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

**(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

**(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

**(k) forma de liquidação**

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

**(l) restrições à transferência das ações**

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício

das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

**(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

**(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e

(ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

### 13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

As tabelas abaixo representam as informações quantitativas sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) prevista para o exercício social em curso, e (ii) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2017; 31/12/2016 e 31/12/2015.

Destacamos, ainda, que não ocorreram outorga de opções aos membros do Conselho de Administração.

#### Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	2
Número de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	36,21
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	2
Número de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	36,21
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária <sup>1</sup>
Número de membros	5	4
Número de membros remunerados	0	3
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	31,39
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	33,25
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

<sup>1</sup>Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía 2 Diretores Estatutários, sendo um participante do plano de remuneração baseado em ações e o outro não. As informações constantes na tabela acima contemplam também os Diretores que renunciaram aos seus cargos durante o exercício.

#### Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2
Número de membros remunerados	0	2



	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Preço médio ponderado de exercício:</b>		
<b>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</b>	N.A.	28,22
<b>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</b>	N.A.	N.A.
<b>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</b>	N.A.	N.A.
<b>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</b>	N.A.	N.A.
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	N.A.	0,47730%

### 13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	2
Número de membros remunerados	-	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	1ª outorga - 14.776 2ª outorga - 32.000
Data em que se tomarão exercíveis	-	<b>1ª outorga</b> 50,00% em dez/18 50,00% em dez/19  <b>2ª outorga</b> 25,00% em set/18 25,00% em set/19 25,00% em set/20 25,00% em set/21
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – dez/23 2ª outorga – set/25
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N.A.
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$37,28
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$766.633,48
Opções exercíveis		
Quantidade	-	30.161
Prazo máximo para exercício das opções	-	24,50% em dez/19 24,50% em dez/20 26,50% em set/21 24,50% em dez/21

	<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017</b>	
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Prazo de restrição à transferência das ações</b>	-	N.A.
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>	-	R\$34,55
<b>Valor justo das opções na data da outorga</b>	-	R\$349.033,23
<b>Valor justo do total das opções na data da outorga</b>	-	R\$1.115.666,71

### **13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que não houve exercício de Opção pela diretoria estatutária da Companhia desde a aprovação do plano de remuneração baseado em ações.

### 13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

#### (a) modelo de precificação

O valor justo atribuído às Opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

#### (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As tabelas abaixo apresentam os dados e premissas utilizadas nos modelos de precificação:

##### 1ª outorga – Dezembro/2014

Encerramento do período de carência (vesting)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Preço da ação na data da outorga	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
Preço estimado de exercício ( <i>strike</i> )	33,45	35,41	37,46	39,35	41,38
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%
Taxa de juros livre de risco	12,80%	12,60%	12,40%	12,30%	12,20%

##### 2ª outorga – Setembro/2016

Encerramento do período de carência (vesting)	28/09/2017	28/09/2018	28/09/2019	28/09/2020	28/09/2021
Preço da ação na data da outorga	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00
Preço estimado de exercício ( <i>strike</i> )	41,57	43,91	46,40	49,07	51,91
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%
Taxa de juros livre de risco	11,60%	11,60%	11,70%	11,70%	11,80%

Nas duas outorgas realizadas para membros da diretoria estatutária, a taxa de dividendos esperada era de aproximadamente 1,2% ao ano. No entanto, as Opções têm dividendos

protegidos, uma vez que o preço de exercício decresce de acordo com os dividendos distribuídos ao longo do tempo. Dessa forma, a taxa de dividendos utilizada no modelo de precificação foi de 0,0%.

**(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Para levar em consideração a estimativa de exercício antecipado, foi utilizado o *Simplified Method*, uma vez que as Opções se encontram praticamente *at-the-money* nas datas de outorga. O *Simplified Method* considera a média entre (i) o momento que as Opções adquirem o direito de aquisição e (ii) o prazo máximo para o seu exercício.

**(d) forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade foi calculada através do retorno dos preços das ações da Ourofino, utilizando como base três anos (quando possível) e de empresas comparáveis, utilizando como base cinco anos, retroativos para a data de outorga. O valor da volatilidade utilizada foi de 26,2% e 30,4%, para a 1ª e 2ª outorga, respectivamente.

**(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

**13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão**

	<b>Companhia</b>	<b>Ouro Fino Saúde Animal Ltda.</b>	<b>Ouro Fino Agronegócio Ltda.</b>	<b>Ouro Fino Pet Ltda.</b>	<b>Ouro Fino de México, S.A. de C.V.</b>	<b>Ouro Fino Colombia S.A.S.</b>
<b>Conselho de Administração</b>	56,19%	0,000002%	0,000002%	0,000002%	3,60001%	0,00002%
<b>Diretoria</b>	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>Conselho Fiscal</b>	0%	0%	0%	0%	0%	0%

**13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Número de membros</b>	-	2,00
<b>Número de membros remunerados</b>	-	1,00
<b>Nome do plano</b>	-	Itaú Vida e Previdência S.A.
<b>Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar</b>	-	0
<b>Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	-	12.565,62
<b>Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	-	12.565,62
<b>Possibilidade de resgate antecipado e condições</b>	-	Sim*

\* As condições de resgate estão contidas no plano contratado.



### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/ 2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/ 2015
<b>Número de membros</b>	2,00	2,00	2,00	5,75	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
<b>Número de membros remunerados</b>	2,00	2,00	2,00	4,75	4,00	3,00	2,75	2,00	2,00
<b>Valor da maior remuneração (Reais)</b>	192.303,36	2.507.744,52*	1.901.775,87	300.000,00	360.000,00	306.000,00	60.000,00	128.615,04	72.000,00
<b>Valor da menor remuneração (Reais)</b>	11.244,00	18.844,95**	1.646.903,67	240.000,00	96.000,00	204.000,00	60.000,00	24.000,00	72.000,00
<b>Valor médio da remuneração (Reais) (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)</b>	282.537,98	2.912.284,61	1.774.339,77	333.066,66	303.000,00	248.000,00	76.981,12	119.179,20	72.000,00

\*Nota: Referente a membro da diretoria estatutária que permaneceu no cargo por 11 (onze) meses, considerando o valor recebido em decorrência da cessação de cargo.

\*\*Nota: Referente a membro da diretoria estatutária que permaneceu no cargo por 2 (dois) meses.

Item 13.2 valor informado / numero de conselheiros

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos nossos controladores.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

**Remuneração prevista para o exercício social corrente 31/12/2018**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
<b>Sociedades controladas</b>	192.303,36	-	-	192.303,36

**Remuneração para o exercício social 31/12/2017**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
<b>Sociedades controladas</b>	191.312,61	-	-	191.312,61

**Remuneração para o exercício social 31/12/2016**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
<b>Sociedades controladas</b>	5.824.569,21	-	-	5.824.569,21

**Remuneração para o exercício social 31/12/2015**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
<b>Sociedades controladas</b>	2.909.232,34	-	-	2.909.232,34

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

## ANEXO VII

### Parecer do Conselho Fiscal

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL DA OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Ouro Saúde Animal Participações S.A. (“**Companhia**”), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam o exame dos seguintes documentos:

- Demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas;
- Relatório anual da Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e
- Proposta da Administração, especificamente sobre os assuntos previstos no artigo 163, inciso iii, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

O Conselho Fiscal, com base nas análises periódicas efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, e, considerando ainda, a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia em 1º de março de 2018 e o parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 2 de março de 2018, apresentado sem ressalvas, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Cravinhos, 2 de março de 2018.

---

José Paulo Marques Netto  
Conselheiro Fiscal

---

Francisco Vicente Santana Telles  
Conselheiro Fiscal

---

César Augusto Campezo Neto  
Conselheiro Fiscal

## **ANEXO VIII**

### **Composição da Administração e do Conselho Fiscal**

(Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)



## 12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Total de reuniões realizadas desde a posse	% de participação nas reuniões realizadas após a posse
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>						
Jardel Massari	04/04/1957	Diretoria e Conselho de Administração	04/05/2017	3 anos	2	
263.940.816-04	Empresário	33 – Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente	04/05/2017	Sim	-	-
Membro do Comitê de Inovação, do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração						
Kleber Cesar Silveira Gomes	23/10/1974	Pertence apenas à Diretoria	04/05/2017	3 anos	2	
196.455.998-73	Contador	12 – Diretor de Relações com Investidores	04/05/2017	Sim	-	-
Também exerce o cargo de Diretor Financeiro na companhia.						
Norival Bonamichi	02/02/1955	Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	3	
263.572.166-15	Empresário	20 – Presidente do Conselho de Administração	13/04/2018	Sim	-	-
Membro do Comitê de Inovação						
José Francisco Hintze	17/09/1951	Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	3	

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Total de reuniões realizadas desde a posse	% de participação nas reuniões realizadas após a posse
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>						
Júnior						
521.302.283-34	Médico Veterinário	21 – Vice Presidente Cons. Administração	13/04/2018	Não	-	-
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário						
Luiz Antônio Santos Baptista	07/06/1956	Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	2	
467.551.367-00	Contador	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2018	Não	-	-
Membro do Comitê de Recursos Humanos						
Rodrigo de Almeida Prado Catunda	11/07/1985	Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	1	
011.547.311-46	Administrador	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2018	Não	-	-
Membro do Comitê de Recursos Humanos						
Marcio Guedes Pereira Júnior	25/10/1961	Conselho de Administração	13/04/2018	AGO 2020	2	
050.958.058-04	Administrador	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2018	Não	-	-
N/A						

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Total de reuniões realizadas desde a posse	% de participação nas reuniões realizadas após a posse
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>						
Francisco Vicente Santana Silva Telles	10/05/1969	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	2	
000.461.527-17	Contador	43 – C.F.(Efetivo)	13/04/2018	Não	-	-
N/A						
José Paulo Marques Netto	21/10/1949	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	3	
528.788.308-06	Contador	43 – C.F.(Efetivo)	13/04/2018	Sim	-	-
N/A						
César Augusto Campezo Neto	12/01/1959	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	5	
980.271.158-68	Contabilista	43 – C.F.(Efetivo)	13/04/2018	Sim	-	-
N/A						
Anselmo José Buosi	11/04/1964	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	1	
048.744.858-80	Empresário	46 – C.F.(Suplente)	13/04/2018	Sim	-	-
N/A						
Paulo César Lima	19/08/1968	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	5	
099.601.838-74	Contador	46 – C.F.(Suplente)	13/04/2018	Sim	-	-

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Total de reuniões realizadas desde a posse	% de participação nas reuniões realizadas após a posse
<b>Outros cargos e funções exercidos na Companhia</b>						
N/A						
Eraldo Soares Peçanha	21/09/1952	Conselho Fiscal	13/04/2018	AGO 2019	2	
050.958.058-04	Contador	46 – C.F.(Suplente)	13/04/2018	Sim	-	-
N/A						

<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>
Jardel Massari - 263.940.816-04
Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agronômico de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985.
O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Jardel Massari foi eleito e empossado como membro do Conselho de Administração em 13/04/2018, tendo seu mandato até AGO de 2020.
O Sr. Jardel Massari declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus 9 anos de trajetória na Companhia, trabalhou nas áreas financeira e de controladoria com participação relevante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PwC, com passagem de 1 ano pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência de negócio.

O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

#### Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de laticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.

O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Norival Bonamichi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

#### José Francisco Hintze Júnior – 521.302.283-34

Nascido em 1951, graduou-se em medicina veterinária pela Universidade de São Paulo, em 1974. Entre 1975 e 2004, o Sr. José Francisco Hintze Júnior atuou na Pfizer Animal Health em São Paulo, tendo exercido o cargo de diretor administrativo em saúde animal da América do Sul e, entre 2004 e 2008, atuou como diretor sênior das áreas de projetos especiais, organização efetiva e progresso efetivo na Pfizer Inc. – Animal Health em Nova York. Recebeu certificado de conselheiro pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 2014.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B<sup>3</sup> - Brasil, Bolsa, Balcão.

O Sr. José Francisco Hintze Júnior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 até a presente data.

O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Rodrigo de Almeida Prado Catunda – 011.547.311-46

Nascido em 1985, graduou-se em administração na Fundação Getúlio Vargas - EAESP. O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda é Vice-Presidente da General Atlantic e atua como membro do Conselho de Administração da Despegar.com. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da XP Investimentos e trabalhou no Banco JPMorgan em São Paulo e Nova Iorque, onde participou de transações de M&A e mercado de capitais, incluindo transações de dívida e equity.

O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

O Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Marcio Guedes Pereira Junior – 050.958.058-04

Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na Stern School of Business da New York City. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, da Brasil Insurance e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla

#### Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gas Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR Oportunities, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a International Paper e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Francisco Vicente Santana Silva Telles - 000.461.527-17

Nascido em 1969, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo cursado MBA em finanças pelo IBMEC-RJ e em gestão ambiental pela UFRJ. O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles é membro do Conselho Fiscal da INTENSA, CEMIG, SeteBrasil, Light, Redentor e JBS. O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles possui 27 anos de experiência nas áreas de Controladoria, Financeira, Auditoria e Investimentos extensa participação em processos de Due Diligence / Novos Negócios, em empresas dos segmentos de energia, telecomunicações, financeiras e banco de investimentos; elaborou demonstrativos financeiros em USGAAP, FRENCHGAAP e IFRS para apresentação à matriz nos Estados Unidos e França, acionistas e financiadores; participou ativamente no desenvolvimento de projetos de novos negócios, bem como em processos de aquisição, venda e encerramento de empresas; geriu unidades de negócios, envolvendo a elaboração de Business Plan; faz planejamento estratégico e estudos de viabilidade econômico-financeira de novos projetos com ênfase nos setores de Energia e Telecomunicações; fez estruturação de operações financeiras para captação de recursos junto ao BNDES e Bancos comerciais; participou em processos de privatização em âmbitos federal e estadual, bem como assessoria financeira às empresas interessadas na privatização; gerenciou área Financeira, envolvendo as rotinas de fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber, consolidação do budget, bem como negociações com credores e fornecedores; coordenou e desenvolveu de equipe de Controladoria, gerenciando 25 funcionários com redução de horas extras; foi responsável pela implantação de rotinas de controle interno nas áreas de controladoria e de impostos diretos com vistas a leis SOX e Loir de Sécurité Finassière.

O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Francisco Vicente Santana Silva Telles declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PwC no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geographic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile.

O Sr. José Paulo Marques Netto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Paulo Marques Netto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

César Augusto Campezo Neto - 980.271.158-68

Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campezo Neto é diretor da Campezo e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOB COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011.

O Sr. César Augusto Campezo Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. César Augusto Campezo Neto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Anselmo José Buoni - 048.744.858-80

Nascido em 1964, empresário graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Economia de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, técnico em Contabilista, Corretor de Seguros todos os ramos, Corretor de Imóveis e Consultor Financeiro, com Certificação Anbima CPA-20®, para Investimentos Financeiros. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa Ouro Fino Química desde 2018, trabalhou por mais de 25 anos na área bancária, nos segmentos Corporate, Middle Market, Personal Banking e Private Banking, nos Grupos BankBoston, HSBC Bank e Royal Bank of Canada, respectivamente americano, inglês e canadense. Desde 2012 atua como Sócio Diretor na Corretora BPA Seguros, Seguros todos os ramos, focando benefícios, Previdência Privada e sucessão empresarial e familiar.

O Sr. Anselmo José Buoni não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou



**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Anselmo José Buoni declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo Cesar Lima - CPF 099.601.838-74

Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011, desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfértil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011.

O Sr. Paulo Cesar Lima não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paulo Cesar Lima declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Eraldo Soares Peçanha - CPF 050.958.058-04

Nascido em 1951, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Candido Mendes/RJ, cursou gestão de negócios e gestão estratégica de Tecnologia da Informação na FGV/SP, controladoria na FGV/RJ e gerenciamento de recursos humanos, atualização em controladoria, tributos e informática. Atua como consultor associado a consultorias de pequeno porte, especializadas em áreas de Governança Corporativa, Controladoria & Relação com Investidores, Gestão Patrimonial e Processos & Sistemas Contábeis/Financeiros e é sócio majoritário da consultoria Otimize Serviços Contábeis Ltda. Atuou como Conselheiro Fiscal Titular nas companhias Net Serviços de Comunicação AS e na Ideiasnet AS, Telos – Fundação Embratel de Seguridade Social, Companhia Vale do Rio Doce, Ferrovia Centro-Atlântica S.A., ITÁ Energética S.A., CBS – Fundação de Seguridade Social da CSN, Arus - Fundação Aracruz de Seguridade Social. Atuou como membro titular do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal da Officer Distribuidora SA. Atuou como Diretor Executivo de Serviços a Clientes e Diretor de Recursos Humanos da Icatu Seguros S.A. Foi membro do Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão IHPrev. Atuou como Diretor de Controladoria e Diretor Executivo de Governança Corporativa da Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A. Na CSN - Companhia Siderúrgica Nacional atuou como Superintendente Geral de Controladoria, Diretor de Controladoria e Informática e Diretor de Controladoria. Na Aracruz Celulose S.A. foi Contador Geral, Assessor Contábil e Fiscal da Diretoria Financeira, Gerente de Auditoria Interna e Gerente de Controladoria (Controller), e atuou no Banco Lowndes e Banco do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Eraldo Soares Peçanha não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Eraldo Soares Peçanha declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

## 12.7 / 12.8 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo Comitê		Cargo ocupado			Profissão		Data eleição		Prazo mandato	Número de mandatos		
	Descrição comitês	outros	Descrição ocupados	outros	cargos	Data nascimento	de	Data posse	Total reuniões realizadas desde posse		de a	Percentual de participação nas reuniões (%)	
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>			<b>Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações</b>										
Frederico Seabra de Carvalho 770.806.101-68	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)			Economista 23/07/1975	de	30/12/2014 30/12/2014		1		18	100%
			<p>Nascido em 1975, graduou-se em 1997 na Universidade de Brasília – UnB cursando Economia, e em 1998 na AEUDF cursando Direito. Posteriormente, concluiu em 2003 mestrado (LLM) em Direito Tributário na Boston University School of Law. Atualmente, trabalha na General Atlantic fornecendo expertise financeira para a GA e seu portfólio de empresas na América Latina. Previamente à sua entrada na GA em 2012, o Sr. Carvalho atuou como Chief Operating Officer na divisão de Merchant Banking do grupo BTG Pactual. O Sr. Carvalho foi também sócio do grupo de Transações de M&amp;A da Deloitte em São Paulo, assessorando investidores de private equity e cliente estratégicos no Brasil em uma série de transações, reorganizações societários e serviços de auditoria.</p> <p>O Sr. Frederico Seabra de Carvalho não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.</p>										
Eduardo Scarpellini 138.583.208-89	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)			Administrador de Empresas 19/02/1971	de	30/12/2014 30/12/2014		1		18	100%
			<p>Nascido em 1971, graduou-se em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças pela Universidade Paulista em São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda em Ribeirão Preto. O Sr. Eduardo possui sólida formação em negócios com experiência de mais de 20 anos nas áreas de consultoria e auditoria. Sua trajetória é principalmente marcada por atividades de planejamento estratégico, abertura de novos negócios e reorganização empresarial, com destaque para o setor do agronegócio. Desde 2003 é sócio fundador da Exame Auditores Independentes, empresa que se tornou referência nacional em processos de recuperação e reestruturação empresarial. O Sr. Eduardo foi também Diretor Administrativo, Financeiro e</p>										

Industrial da Sicad do Brasil Ltda. entre 2002 e 2003 e atuou como Gerente de Auditoria na Pricewaterhousecoopers entre os anos de 1995 e 2002. Adicionalmente, é profissional certificado como Técnico Responsável da Comissão de Valores Mobiliários, Certificado de Conselheiro Fiscal Titular pelo IBGC.

O Sr. Eduardo Scarpellini não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

José Francisco Hintze Júnior 521.302.238-34	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Médico Veterinário 17/09/1951	14/03/2016 14/03/2016	1		
Vice Presidente do Conselho de Administração						12	100%
Jardel Massari 263.940.816-04	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário 04/04/1957	10/11/2016 10/11/2016	1		
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Recursos Humanos						2	100%
Norival Bonamichi 263.572.166-15	Comitê de Inovação	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário 02/02/1955	30/12/2014 30/12/2014	1		
Presidente do Conselho de Administração						11	90,90%
Jardel Massari 263.940.816-04	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário 04/04/1957	10/11/2016 10/11/2016	1		
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Inovação						0	-
Rodrigo de Almeida Prado Catunda – 011.547.311-46	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista 03/12/1971	09/04/2018 09/04/2018	1		
Membro do Conselho de Administração						0	-
Luiz Antônio Santos Baptista 467.551.367-00	Comitê de Recursos Humanos	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador 07/06/1956	10/11/2016 10/11/2016	1	0	
Membro do Conselho de Administração							-

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionados a administradores do emissor, controladas e controladores**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de nossas controladas, com nossos acionistas controladores ou com os membros da administração de nossas controladoras.

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>Exercício Social 31/12/2017</b>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada indireta
Presidente do Conselho de Administração e controlador			
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio			
<b><u>Observação</u></b>			

---

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari 263.940.816-04 Controle Controlada Indireta

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

---

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Saúde Animal Ltda. 57.624.462/0001-05

Sócio Administrador

---

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi 263.572.166-15 Controle Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

---

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Agronegócio Ltda. 05.480.599/0001-21

Sócio

---

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
----------------	----------------	----------	---------------------

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

---

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21
-----------------------------	--------------------

Sócio Administrador

---

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
-------------------	----------------	----------	---------------------

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

---

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48
---------------------	--------------------

Sócio

---

**Observação**



---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
----------------	----------------	----------	---------------------

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

---

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48
---------------------	--------------------

---

Sócio Administrador

---

**Observação**

---

**Exercício Social 31/12/2016****Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
-------------------	----------------	----------	---------------------

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05
------------------------------	--------------------

Sócio

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari

263.940.816-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

57.624.462/0001-05

Sócio Administrador

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Agronegócio Ltda.

05.480.599/0001-21

Sócio

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari

263.940.816-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Agronegócio Ltda.

05.480.599/0001-21

Sócio Administrador

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Pet Ltda.

07.380.067/0001-48

Sócio

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari

263.940.816-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Pet Ltda.

07.380.067/0001-48

Sócio Administrador

**Observação**

---

**Exercício Social 31/12/2015****Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi

263.572.166-15

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

57.624.462/0001-05

Sócio

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari 263.940.816-04 Controle Controlada Indireta  
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Saúde Animal Ltda. 57.624.462/0001-05  
Sócio Administrador

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi 263.572.166-15 Controle Controlada Indireta  
Presidente do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Agronegócio Ltda. 05.480.599/0001-21  
Sócio

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari 263.940.816-04 Controle Controlada Indireta  
Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Agronegócio Ltda. 05.480.599/0001-21  
Sócio Administrador

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Norival Bonamichi Presidente do Conselho de Administração e Controlador	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
--	----------------	----------	---------------------

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Pet Ltda. Sócio	07.380.067/0001-48		
------------------------------	--------------------	--	--

**Observação**

---

**Administrador do Emissor**

Jardel Massari Diretor Presidente, Membro do Conselho de Administração e Controlador	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
---	----------------	----------	---------------------

**Pessoa Relacionada**

Ouro Fino Pet Ltda. Sócio Administrador	07.380.067/0001-48		
--	--------------------	--	--

**Observação**

---